

**PÉ NO FREIO:** *Especialistas defendem prioridade a investimento em educação*

# Economistas: para distribuir renda, saída é eficiência de gastos sociais

Sem forte expansão econômica, resta ao governo melhorar políticas públicas

Flávia Oliveira e  
Luciana Rodrigues

• RIO e SÃO PAULO. Na falta de crescimento econômico e de qualquer possibilidade de aumento de gastos, o governo Lula terá de apostar na eficiência dos programas sociais para melhorar a distribuição de renda no país. Esta é a receita que os especialistas sugerem ao ministro da Fazenda, Antonio Palocci — que defendeu anteontem no Senado as ações de redistribuição de riqueza como a forma mais rápida para reduzir a pobreza no Brasil. O ministro disse que, para diminuir o número de pobres em dois terços apenas com crescimento, seriam necessários 25 anos de expansão do PIB *per capita* em 3% anuais. Em 2002, a renda *per capita* subiu apenas 0,21%.

— Como não há perspectiva de crescimento expressivo neste momento, o desafio do governo será desenhar políticas sociais que cheguem aos mais pobres. Políticas públicas com foco adequado e eficiência não são parte da tradição brasileira — diz o economista Marcelo Neri, chefe do Centro de Políticas Sociais da Fundação Getúlio Vargas (FGV).

## Bolsa-escola: custo baixo e melhoria estrutural

Comparado a outros países, o Brasil destina à área social recursos suficientes, superiores a 20% do PIB. Não se trata, portanto, de falta de dinheiro, mas de má qualidade dos gastos, assinala Lauro Ramos, coordenador-geral de Políticas Públicas do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). Ele lembra que, nos últimos anos, foram criadas boas políticas sociais no país. Mas elas não ganharam escala.

— Isso pode ser feito a partir de agora. O governo pode fazer uma espécie de *doping* para que os mais pobres corram mais que as demais faixas da pirâmide social — diz Ramos.

Os especialistas são unânimes em sugerir investimentos maciços em educação, o que garantirá melhoras estruturais na qualidade de mão-de-obra, emprego e renda dos brasileiros no futuro. O economista Naércio Menezes Filho, da USP, diz que o nível de escolaridade explica mais de 40% da desigual-



CARLOS LANGONI: Brasil precisa correr contra o tempo



LAURO RAMOS: "Doping para pobres correrem mais"

## Sucesso de Costa Rica, Chile e Coréia

Países usaram ação social e crescimento para combater pobreza

• O desafio que se apresenta ao governo brasileiro, de melhorar a distribuição de renda num período de baixo crescimento e intensa austeridade fiscal, foi pouco testado no mundo. Marcelo Neri, da FGV, diz que a maior parte das nações que reduziram fortemente a pobreza combinaram políticas sociais eficientes com expansão econômica.

A Costa Rica é tida como a nação com maior tradição em política social no continente, que é líder em desigualdade de renda no mundo. O país tem a mais antiga democracia da América Latina e décadas de eficiência nos gastos com saúde e educação, além de bem-elaborados programas de transferência de renda.

— A Costa Rica gasta quase o mesmo que

o Brasil na área social — conta Neri.

Desde os anos 80, o Chile reduziu fortemente a pobreza em seu território, graças às altas taxas de crescimento. Já o México tem um eficiente programa social, o Progressa. Além de transferir renda, o programa exige frequência escolar, formação profissional e boa saúde dos participantes.

O diretor do Centro de Economia Mundial da FGV, Carlos Langoni, lembra que a Coréia do Sul investiu em educação, antes de iniciar seu processo de industrialização. No Brasil, isso não ocorreu. Por isso, é preciso correr contra o tempo para aumentar a escolaridade. Caso contrário, o crescimento pode agravar a desigualdade de renda por dispensar a mão-de-obra mal formada. (F.O. e L.R.)

dade de renda no país, uma das três maiores do mundo. Como investimento em educação só dá retorno no longo prazo, são necessárias ações compensatórias para o meio do caminho. Aí entram os programas de transferência de renda, como o bolsa-escola e o Fome Zero.

— Se auxílios diretos fossem condicionados a programas de melhoria educacional, seria brilhante pois reduziria a desigualdade no futuro — diz Naércio.

Por isso, para Marcelo Neri, o bolsa-escola deve ocupar o centro do debate sobre eficiência das políticas sociais no novo governo. Ao mesmo tempo que transfere renda para garantir a sobrevivência a curto prazo, o programa obriga crianças e adolescentes a estudar, o que melhora a perspectiva de futuro. Além disso, salienta, trata-se de uma ação altamente positiva no aspecto econômico: os custos opera-

cionais somam 7% do total de dinheiro movimentado.

— O bolsa-escola é barato e tem uma tecnologia social muito eficiente — diz Neri.

Naércio acrescenta que, para garantir a eficiência dos programas sociais, o governo deveria manter avaliações periódicas dos auxílios. Seria preciso aprimorar o cadastro único de pessoas pobres e evitar a superposição de programas federais, estaduais e municipais. ■